Caderno de Encargos

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA N.º 12/CPV/2022

(Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CPP, de 31 de agosto – (CPV: 15100000-9)

Índice

Parte I **3**
Capítulo I **3**
Disposições gerais 3
Cláusula 1.ª 3
Objeto 3
Cláusula 2.ª 3
Contrato 3
Cláusula 3.ª 4
Preço base 4
Cláusula 4.ª 4
Vigência do contrato 4
Cláusula 5.ª 4
Prazo e local da prestação do serviço 4
Cláusula 6.ª 4
Local da prestação de serviços 4
Cláusula 7.ª 5
Verificação 5
Cláusula 8.ª 5
Gestor do contrato 5
Capítulo II 5
Obrigações contratuais 5
Secção I 5
Obrigações da entidade adjudicatária 5
Subsecção I **5**
Disposições Gerais **5**
Cláusula 9.ª **5**
Obrigações principais do adjudicatário 5
Cláusula 10.ª 6
Conformidade e garantia técnica 6
Subsecção II **7**
Dever de sigilo **7**
Cláusula 11.ª **7**
Objeto do dever de sigilo 7
Cláusula 12.ª 7
Prazo do dever de sigilo 7
Cláusula 13.ª 7
Patentes, licenças e marcas registadas 7
Subsecção III **8**
Prevenção de conflitos de interesses **8**
Cláusula 14.ª **8**
Prevenção de conflitos de interesses 8
Secção II 8
Obrigações da Entidade Adjudicante 8
Cláusula 15.ª 8
Obrigações da entidade adjudicante 8
Cláusula 16.ª 8
Preço contratual 8
Cláusula 17.ª 9

Condições de pagamento 9
Capítulo III 9
Penalidades contratuais e resolução 9
Cláusula 18.ª 9
Penalidades contratuais 9
Cláusula 19.ª 10
Força maior 10
Cláusula 20.ª 10
Resolução por parte da entidade adjudicante 10
Cláusula 21.ª 11
Resolução por parte do adjudicatário 11
Capítulo IV 11
Caução e seguros 11
Cláusula 22.ª 11
Caução 11
Cláusula 23.ª 11
Seguros 11
Capítulo V 11
Resolução de litígios 11
Cláusula 24.ª 12
Foro competente 12
Capítulo VI 12
Disposições finais 12
Cláusula 25.ª 12
Alterações ao contrato 12
Cláusula 26.ª 12
Subcontratação e cessão da posição contratual 12
Cláusula 27.ª 12
Boa fé 12
Cláusula 28.ª 12
Uso de sinais distintivos 12
Cláusula 29.ª 13
Comunicações e notificações 13
Cláusula 30.ª 13
Contagem dos prazos 13
Cláusula 31.ª 13
Legislação aplicável 13
Parte II 14
Especificações técnicas 14
Cláusula 32.ª 14
Qualidade 14
Cláusula 33.ª 14
Características Organoléticas e de Rotulagem 14
Cláusula 34.ª 15
Transporte 15
Cláusula 35.ª 16
Quantidade e descrição dos produtos 16

Parte I

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O objeto do presente procedimento consiste no Fornecimento Contínuo de Carne Fresca e Produtos à Base de Carne, com entregas faseadas, para a Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (A.R.C.I.L.), em conformidade com as especificações técnicas definidas na Parte II do presente caderno de encargos.

2. Durante o período de execução do contrato a A.R.C.I.L. poderá verificar a necessidade, perante situações de risco não passíveis de previsão, de ajustar o seu objeto na medida estritamente necessária e devidamente justificada.

3. No decorrer da vigência do contrato, o **fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades da A.R.C.I.L., podendo este ser inferior às quantidades estimadas para o período do contrato, sem direito a qualquer tipo de indemnização para o adjudicatário.**

4. Este procedimento foi autorizado pela Direção da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã – A.R.C.I.L., nos termos do art.º 36 n. º1 e art.º 38 do CCP., instruído pela Informação 24/Contratação Pública/2022.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, de acordo com o art.º 96º do CCP.

2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (caso se verifique);
b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos (caso se verifique);
c) O caderno de encargos;
d) A proposta do adjudicatário;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar de acordo com o

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de 9.000,00€ (nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, os relativos à deslocação dos meios de transporte até ao local de fornecimento dos bens, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. A fixação do preço base, conforme definido no n.º 3 do artigo 47.º do D.L. n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, foi efetuada com base em consulta preliminar efetuada ao mercado.

Cláusula 4.ª

Vigência do contrato

O contrato vigorará desde a data de celebração do contrato pelo período de 2 meses, ou até ao limite do valor contratual, de acordo com os respetivos atributos, termos e condições do presente caderno de encargos e da proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Prazo e local da prestação do serviço

1.Os bens objeto do contrato devem ser entregues nos prazos estipulados para as entregas, após a emissão da requisição, na seguinte morada: Rua Francisco Lopes Fernandes, 6 3200-065 Lousã.

2. As entregas são obrigatoriamente **três vezes por semana**, podendo as mesmas ser efetuadas de segunda-feira a sexta-feira, em dias a combinar entre entidade adjudicante e adjudicatário, sendo as requisições feitas com 48h de antecedência.

Cláusula 6.ª

Local da prestação de serviços

O local da prestação de serviços é nas instalações da entidade adjudicante.

Cláusula 7.ª

Verificação

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público procede, à verificação dos mesmos, com vista a averiguar, se correspondem às quantidades requisitadas e se reúnem as características, especificações e requisitos definidos neste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. No caso de se averiguar que existem desconformidades, os bens objeto do contrato serão devolvidos e o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no mais curto espaço de tempo, à substituição dos bens e ao cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos exigidos.

Cláusula 8.ª

Gestor do contrato

1. A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação ou cessação do contrato, nos termos do art.º 290º A do CCP

2. A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea a) e j) do n.º 1 do artigo 96.º do CCP.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da entidade adjudicatária

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 9.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a) Obrigação de fornecer todos os bens nos termos definidos na sua proposta;
b) Obrigação de manter os preços unitários definidos na proposta;
c) Obrigação de fornecer todos os bens nos prazos definidos;
d) Obrigação de garantir o bom fornecimento dos produtos, procedendo ao transporte em boas condições de conservação, para o local de destino;

e) Obrigação de resolução dos problemas detetados no âmbito dos fornecimentos contratados;

f) O concorrente obriga-se a substituir imediatamente, por sua conta, toda ou qualquer parte do fornecimento que não possa ser aceite por não condizer com o estipulado no respetivo Caderno de Encargos;

g) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados à A.R.C.I.L., relativos à entrega dos bens identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais;

h) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os fatos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

i) Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas.

j) Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;

k) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado o fornecimento dos bens, bem como prestar todos os esclarecimentos em que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

l) Comunicar à entidade adjudicante qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

m) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

n) A deteção de situações anómalas no âmbito da prestação de serviços obriga à sua comunicação imediata à entidade adjudicante, sendo o adjudicatário responsabilizado pelas consequências da sua não comunicação imediata.

Cláusula 10.ª

Conformidade e garantia técnica

1. O adjudicatário obriga-se a entregar e instalar nos locais definidos pela entidade adjudicante os bens e serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada.

2. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazo respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se o dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário da entidade adjudicante, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, de patentes, licenças ou marcas registadas, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias, no decurso da prestação de serviços, objeto do presente procedimento.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário ressarci-la-á no montante de todas as despesas decorrentes de tal facto.

Subsecção III

Prevenção de conflitos de interesses

Cláusula 14.ª

Prevenção de conflitos de interesses

O adjudicatário declara sob compromisso de honra que:

a) Tanto quanto é do seu conhecimento, não se encontra numa situação de conflito de interesses aparente, potencial e real em relação ao processo de adjudicação do contrato em causa;
b) Não existem circunstâncias que possam coloca-lo, num futuro próximo, numa situação de conflito de interesses aparente, potencial e real.
c) Compromete-se a informar de imediato a entidade adjudicante de qualquer conflito de interesses potencial caso se verifique qualquer circunstância que se possa conduzir a tal conclusão.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 15.ª

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

a) Pagar, no prazo acordado, a fatura emitida pelo adjudicatário;
b) Monitorizar o fornecimento dos produtos e serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviço definidos no presente caderno de encargos e no contrato celebrado.

Cláusula 16.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço contratual [(1)] de _____, €, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

[(1)] [a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base de 9.000,00€ (nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido].

2.O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas relacionadas com recursos humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento das quantias devidas será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a receção da fatura, em boas condições de pagamento a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente, não poderão ser propostos adiantamentos por conta de prestações a realizar.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazo definidos, bem como, pelo incumprimento das caraterísticas dos produtos contratualizados, nas especificações técnicas, 0,01% do preço contratual da encomenda por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do valor contratual;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir ao prestador de serviços uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedade em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecanismos do fornecedor não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem designadamente nos seguintes casos:

a) No incumprimento de qualquer das obrigações previstas na cláusula 9. ª do presente Caderno de Encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante comunicação enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato na seguinte situação:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 22.ª

Caução

Não é exigida caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura da atividade que exerce através de contratos de seguro que forem exigíveis nos termos da lei.

2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 25.ª

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

3. O contrato pode ser alterado por:

a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
b) Decisão judicial ou arbitral;
c) Razões de interesse público.

4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 26.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.ª

Boa fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 28.ª

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logotipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 29.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 31.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omisso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Parte II

Especificações técnicas

Cláusula 32.ª

Qualidade

1. Os produtos alimentares adjudicados, sejam ou não fabricados pelos concorrentes, devem adequar-se aos níveis de qualidade pretendidos, de acordo com as indicações do caderno de encargos e de acordo com as condições legalmente exigíveis. Em especial, a execução deve obedecer às seguintes condições:

a) Respeitar os regulamentos e normas técnicas aplicáveis a cada tipo de produto. A documentação técnica dos concorrentes deve fazer referência explícita às normas adotadas na conceção e na execução dos produtos.
b) Utilizar materiais, componentes e processos de fabrico que permita, obter as características finais exigidas.
c) Cumprir os requisitos de higiene aplicáveis à atividade, nomeadamente os requisitos gerais do Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, e os específicos previstos no capítulo iii do anexo ii do mesmo Regulamento; Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho.
d) Existência de número de controlo veterinário: reconhecimento prévio do cumprimento das condições hígio-sanitárias exigidas na regulamentação comunitária e nacional para que um estabelecimento possa funcionar e culmina com a atribuição.

Cláusula 33.ª

Características Organoléticas e de Rotulagem

Carne Suíno/Bovino

As carnes de bovino e suíno devem apresentar as seguintes características:

Estado: fresca e não congelada.

Cor: A cor deve ser vermelho/rosa vivo e a gordura branca.

Aspeto, Consistência e Textura: firme, sem ser seca, ligeiramente húmida. Não deve apresentar-se exsudativa, untosa ou viscosa ao tato. Gordura ligeiramente oleosa, mas não viscosa.

Rotulagem: deve ser feita conforme regulamentação comunitária e nacional em vigor, nomeadamente**,** as peças devem ostentar um selo ou placa em material adequado, no qual configurem a marca de salubridade correspondente ao abate e produção.

Carnes de frango, galinha, peru e pato

As carnes de aves devem apresentar as seguintes características:

Estado: devem ser do tipo pronto a cozinhar, frescos e não congelados

Cor: A cor deve rosa/amarelada, uniforme, vivo e brilhante.

Aspeto, Consistência e Textura: firme, não untosa ou viscosa ao tato. Não conter substâncias estranhas. A carne não deve ter sinais de procedimentos suplementares de conservação. Também não devem ter sinais de descongelação e/ou recongelações, queimaduras pelo escalão ou pelo frio, e de desidratação e/ou oxidação.

As carcaças que não se encontrem devidamente depenadas e sangradas serão rejeitadas, bem como as que evidenciem sinais de deformação, fraturas ou outros fatores que evidenciem doença ou alterações posteriores ao abate e que as tornem impróprias para consumo.

Rotulagem: deve ser feita conforme regulamentação comunitária e nacional em vigor, nomeadamente**,** as peças devem ostentar um selo ou placa em material adequado, no qual configurem a marca de salubridade correspondente ao abate e produção.

Enchidos, Fiambre, Mortadela e outros derivados de carne

As carnes de aves devem apresentar as seguintes características:

Estado: devem ser do tipo pronto a cozinhar, frescos e não congelados

Cor: A cor deve ser uniforme.

Aspeto, Consistência e Textura: firme, não untosa ou viscosa ao tato. Não conter substâncias estranhas. Também não devem ter sinais de descongelação e/ou recongelações, queimaduras pelo escalão ou pelo frio, e de desidratação e/ou oxidação.

Rotulagem: deve ser feita conforme regulamentação comunitária e nacional em vigor, nomeadamente**,** as peças devem ostentar um selo ou placa em material adequado, no qual configurem a marca de salubridade correspondente ao abate e produção.

Cláusula 34.ª

Transporte

1. O adjudicatário deve ser detentor de habilitação legal para o fornecimento dos bens contratados.

2. Os veículos de transporte devem obedecer às características gerais e legais de higiene, nomeadamente condições adequadas à manutenção da temperatura interna das carnes e sistemas de transporte para carnes frescas não embaladas com separação das carnes frescas embaladas e/ou congeladas.

Cláusula 35.ª

Quantidade e descrição dos produtos

Descrição Técnica dos Bens a Adquirir	Unidade	Quantidade Prevista por KG ou Unidade
Alheira de carne de porco c/ pedaços percetíveis com peso entre 170 e 200 grs	kg	60
Carne picada mista com percentagem de carne ≥ a 80% sendo que a percentagem de carne de bovino deverá ser ≥ a 70%.	Kg	45
Chispe da mão (corte não deve apresentar unha)	Kg	70
Coelho inteiro sem cabeça	Kg	26
Costeletas cachaço fatiadas aproximadamente 170 gr por unidade	Kg	80
Entremeada fatiada sem costela, espessura entre 3 e 6 cm	Kg	30
Espetada de perú aproximadamente 200 gr cada uma	Kg	55
Febra da perna fatiada entre 130 gr e 140 gr	Kg	100
Frango inteiro	kg	30
Hambúrguer misto com percentagem de carne ≥ a 80% sendo que a percentagem de carne de bovino deverá ser ≥ a 70%.	Kg	15
Moela de frango, aberta e desprovida de conteúdo	Kg	12
Pá de porco sem osso	Kg	250
Pato sem miúdos embalados individualmente com peso entre 2 a 2,5 Kg	Kg	26
Peito de frango	Kg	3
Perna de frango com costa 200gr cada uma	Kg	920
Perna de perú com costa	Kg	215
Ponta de entrecosto	Kg	22
Vaca para estufar aos cubos 3*3 cm de 1ª categoria pá ou acém	Kg	150
Orelha de porco	Kg	3
Bacon fumado	Kg	6
Chourição	Kg	48
Chouriço corrente	Kg	27
Chouriço tradicional	Kg	1
Farinheira	Kg	1
Fiambre sandwich	Kg	65
Fiambre da perna extra	Kg	20
Fiambre de perú	Kg	2
Mortadela simples	Kg	2

Descrição Técnica dos Bens a Adquirir	Unidade	Quantidade Prevista por KG ou Unidade
Salsicha fresca	Kg	4

Lousã, 03 de maio de 2022

A Direção da A.R.C.I.L.

RICARDO JOSÉ LEAL DA CONCEIÇÃO
Assinado de forma digital por RICARDO JOSÉ LEAL DA CONCEIÇÃO
Dados: 2022.05.03 20:15:56 +01'00'

TERESA MARGARIDA PACHECO PEREIRA BAPTISTA
Assinado de forma digital por TERESA MARGARIDA PACHECO PEREIRA BAPTISTA
Dados: 2022.05.03 20:26:44 +01'00'

NELSON DO AMARAL PINA TIAGO
Assinado de forma digital por NELSON DO AMARAL PINA TIAGO
Dados: 2022.05.04 13:04:46 +01'00'